

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A.

Demonstrações contábeis consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório da administração sobre as demonstrações contábeis	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	5
Demonstrações contábeis	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022	15

**Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A.
Relatório da Administração**

São Paulo, 03 de fevereiro de 2023

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a administração da **Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A.**, tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as informações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2023

Dados Gerais da Emissão

Apresentamos, os dados da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em até 2 (duas) séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG” (“Escritura”), que resultou na emissão de 2 (duas) séries de debêntures no valor total de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais) na data de emissão de 15 de junho de 2017.

Em 28 de agosto de 2017, a Companhia celebrou com o Banco BMG S.A., com a interveniência anuência da Integral Trust Serviços Financeiros Ltda., da Integral Investimentos Ltda. e da Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., o “Contrato de Cessão de Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, que tem por objeto a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, comerciais, investimentos, sociedades de créditos, financiamentos e investimento, associações de poupança e empréstimo, e caixas econômicas.

Da quantidade total de debêntures emitidas, foram totalmente subscritas e integralizadas até a presente data 501.681, no valor total de R\$ 501.759, sendo que (i) 316.681 debêntures, no valor total de R\$ 316.681, foram subscritas e integralizadas em 01 de setembro de 2017, ao passo que (ii) 185.000 debêntures, no valor total de R\$ 185.078, foram subscritas e integralizadas em 04 de setembro de 2017.

Dados Gerais da Série

A seguir, demonstraremos os dados gerais de série única em relação as debêntures da 1ª (emissão), simples não conversíveis, e suas especificações:

1ª Emissão	Série 1
Código IF	CBMG11
Taxa de remuneração (a.a)	CDI + 1,90%
Quantidade em circulação	-

1ª Emissão	Série 2
Código IF	CBMG11
Taxa de remuneração (a.a)	IPCA + 6,2002%
Quantidade em circulação	-

Descontinuidade

Conforme previsto na Emissão da Debênture, a data de vencimento DI seria 12 de setembro de 2022 e da IPCA em 15 de setembro de 2022. Esse prazo foi cumprido e o pagamento dos debenturistas ocorreu em 12 de setembro de 2022 sendo, assim, encerrada a operação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos acionistas e administradores da
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Descontinuidade operacional

Conforme apresentado na Nota Explicativa 1.2 nomeada Descontinuidade, as operações da empresa envolvendo as emissões debêntures de DI e IPCA foram finalizadas em 12 de setembro de 2022. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Encerramento das operações

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a principal atividade da Companhia é a aquisição e a securitização de créditos financeiros. No âmbito de sua atividade, conduz a estruturação, emissão e a colocação das operações de securitização. Além disso, é a responsável pelo gerenciamento destes recebíveis, bem como os respectivos pagamentos aos investidores. Devido a relevância desta transação para a Companhia, e o gerenciamento do reconhecimento, mensuração e adequação das operações divulgadas como informações complementares.

Atualmente, conforme apresentado na Nota Explicativa nº1.1 houve a finalização das operações vinculadas às emissões, o que causa a incerteza sobre a continuidade operacional da companhia, consideramos este assunto relevante para a nossa auditoria.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser a principal atividade da Companhia, além de ser uma área crítica e de risco, tratar-se de rubrica de significativo impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, sendo os procedimentos de auditoria de maior complexidade, dado ao tempo envolvido na análise das operações, leitura de contratos, entre outros aspectos.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros: **(i)** realização do entendimento dos controles internos por meio de inspeção dos controles que efetuam a amortização e atualização dos direitos creditórios; **(ii)** verificação dos lastros por amostragem; **(iii)** recálculo dos ativos por amostragem de acordo com as premissas especificada em cada Termo de Cessão; **(iv)** recálculo do passivo de emissão de acordo com os princípios constantes em Termo de Securitização; **(v)** inspeção da liquidação financeira tanto das baixas dos recebíveis quanto das amortizações dos passivos de emissão.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento dos ativos e o resultado obtido no exercício foram adequados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram os relatórios de auditoria em 31 de março de 2022, sem modificações. Nosso relatório não contém ressalva perante a esse assunto

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para /planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; e
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Thiago Benazzi Arteiro
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivos	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	3	115	344	Obrigações fiscais		-	6
Impostos a recuperar		6	2	Outras obrigações	4	40	275
Créditos a receber		-	8	Total do passivo circulante		40	281
Partes Relacionadas		-	1				
Total do ativo circulante		121	355	Patrimônio líquido			
				Capital social	5	72	10
				Reserva de lucros	5	7	62
				Reserva legal	5	2	2
						81	74
Total do ativo		121	355	Total do passivo e patrimônio líquido		121	355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto lucro básico por ação)

	Nota	2022	2021
Receitas operacionais			
Receitas líquidas	6	1.588	1.775
Custo dos serviços prestados	7	(1.409)	(1.525)
Lucro bruto		179	250
Despesas/receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	8	(183)	(233)
Despesas tributárias	8	(18)	(21)
Resultado operacional		(22)	(4)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	9	30	14
Despesas financeiras	9	-	(1)
Resultado financeiro		30	13
Resultado antes dos impostos		8	9
Imposto de renda e contribuição social	10	(1)	(2)
Resultado líquido do exercício		7	7
Resultado por ação - básico (em Reais)		0,1	0,7

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Resultado líquido do exercício	7	7
Outros resultados abrangentes (ORA)	-	-
	<hr/>	<hr/>
Resultado abrangente do exercício	<u>7</u>	<u>7</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de

2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores					Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social integralizado	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados no exercício	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10	2	55	-	67	-	67
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7	7	-	7
Constituição de reservas	-	-	7	7	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10	2	62	-	74	-	74
Aumento de capital	62	-	(62)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7	7	-	7
Constituição da Reserva de Lucros	-	-	7	(7)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	72	2	7	-	81	-	81

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A.

**Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	<u>7</u>	<u>7</u>
Variações em:	<u>(236)</u>	<u>29</u>
- Aumento/(diminuição) de créditos a receber	8	(8)
- (Aumento)/diminuição de impostos a recuperar	(4)	4
- Aumento/(diminuição) de obrigações fiscais	(6)	2
- Aumento/(diminuição) de outras obrigações	(235)	32
- (Aumento)/diminuição de partes relacionadas	1	(1)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	<u>(229)</u>	<u>36</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(229)</u>	<u>36</u>
Varição em caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	344	308
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>115</u>	<u>344</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados
BMG S.A.**

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Receitas	<u>1.666</u>	<u>1.862</u>
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(1.592)</u>	<u>(1.758)</u>
Serviços de terceiros e outros	(183)	(233)
Custo dos serviços prestados	<u>(1.409)</u>	<u>(1.525)</u>
Valor adicionado bruto	<u>74</u>	<u>104</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>74</u>	<u>104</u>
Valor adicionado recebido em transferência	<u>30</u>	<u>14</u>
Receitas financeiras	30	14
Valor adicionado total a distribuir	<u>104</u>	<u>118</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>104</u>	<u>118</u>
Impostos, taxas e contribuições	<u>97</u>	<u>110</u>
Tributos Municipais, Estaduais e Federais	97	110
Remuneração de capitais de terceiros	<u>-</u>	<u>1</u>
Despesas financeiras	-	1
Remuneração de capitais próprios	<u>7</u>	<u>7</u>
Lucro líquido do exercício	7	7
Valor total adicionado	<u>104</u>	<u>118</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG S.A. ("Companhia") foi constituída em 03 de fevereiro de 2017 e teve seu registro de companhia aberta na categoria B deferido pela CVM em 14 de junho de 2017.

1.1 Data de Início da emissão

Em 15 de junho de 2017, a Companhia celebrou com a Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com a interveniência anuência do Banco BMG S.A. e da Integral Trust Serviços Financeiros Ltda., o "*Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em até 2 (duas) séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados BMG*" ("Escritura"), que resultou na emissão de 2 (duas) séries de debêntures no valor total de R\$ 1.000.000 na data de emissão de 15 de junho de 2017.

Em 28 de agosto de 2017, a Companhia celebrou com o Banco BMG S.A., com a interveniência anuência da Integral Trust Serviços Financeiros Ltda., da Integral Investimentos Ltda. e da Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., o "Contrato de Cessão de Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças", que tem por objeto a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, comerciais, investimentos, sociedades de créditos, financiamentos e investimento, associações de poupança e empréstimo, e caixas econômicas.

Da quantidade total de debêntures emitidas, foram totalmente subscritas e integralizadas até a presente data 501.681, no valor total de R\$ 501.759, sendo que (i) 316.681 debêntures, no valor total de R\$ 316.681, foram subscritas e integralizadas em 01 de setembro de 2017, ao passo que (ii) 185.000 debêntures, no valor total de R\$ 185.078, foram subscritas e integralizadas em 04 de setembro de 2017.

1.2 Descontinuidade

Conforme previsto na Emissão da Debênture, a data de vencimento DI seria 12 de setembro de 2022 e da IPCA em 15 de setembro de 2022. Esse prazo foi cumprido e o pagamento dos debenturistas ocorreu em 12 de setembro de 2022 sendo, assim, encerrada a operação.

O saldo presente em caixa representa o fundo de despesas que irá cobrir os gastos contratados cujo vencimento se dará após o encerramento e restituído em caso de sobra. Ainda não há previsão para encerramento da conta bancária centralizadora.

1.3 Sumário das operações efetuadas

A Companhia tem como principais atividades: (i) a aquisição e a securitização de créditos oriundos de operações praticadas pelo Banco BMG S.A. e pelas demais entidades pertencentes ao seu conglomerado financeiro desde que enquadradas

nos termos do artigo 1º da Resolução do CMN nº 2.686/00; (ii) a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

A Companhia foi constituída para fim de emissão das debêntures, nas quais virão ser encerradas as suas atividades em concomitância com o encerramento da operação delas.

1.4 Forma de utilização de derivativos e os riscos envolvidos

Não houve contratação de hedge nas emissões mencionadas ao tempo dessas Demonstrações.

1.5 Mecanismos de retenção de risco utilizados na estrutura da securitização, tais como garantias reais ou fidejussórias, subordinação ou coobrigação, assim como, se for o caso, a utilização desses mecanismos durante o período

É constituída, em favor dos Debenturistas, cessão fiduciária da totalidade dos Direitos Creditórios Alienados, que estão livres de quaisquer ônus ou gravames, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

1.6 Riscos

O investimento nas Debêntures apresenta riscos aos Debenturistas, notadamente aqueles abaixo indicados.

(i) Riscos relacionados à Emissora

- Atrasos, falta de pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados à Emissora e outros eventos podem afetar negativamente a capacidade da Emissora de honrar as suas obrigações. A principal fonte de recursos da Emissora para efetuar o pagamento das Debêntures por ela emitidas decorre do pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados pelos respectivos Tomadores. Dessa forma, qualquer atraso ou falta de pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados à Emissora pode afetar negativamente a sua capacidade de honrar as obrigações assumidas junto aos Debenturistas, sendo que, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios Vinculados, a Emissora pode não dispor de quaisquer outros valores para efetuar a amortização e/ou o resgate das Debêntures.
- A não aquisição de Direitos Creditórios Vinculados pode prejudicar as atividades da Emissora. A Emissora em si não possui a capacidade de originar créditos para securitização, dependendo, portanto, da Plataforma e da parceria desta com Instituições Financeiras. O sucesso na aquisição dos Direitos Creditórios Vinculados é fundamental para o desenvolvimento das atividades da Emissora
- A Emissora pode enfrentar desafios em virtude de se tratar de uma empresa recente e atuante em um mercado competitivo. A Emissora iniciou as suas operações em 3 de fevereiro de 2017, sendo, portanto, uma sociedade recém-criada, e com isto pode

enfrentar desafios em virtude de seu limitado histórico nessa atividade, em um mercado sem tradição no Brasil.

- A falta de acesso a capital adicional em condições satisfatórias pode restringir o crescimento e desenvolvimento futuro da Emissora, o que pode prejudicar sua situação financeira, assim como seus resultados operacionais.
- A securitização de créditos financeiros é uma operação recente no Brasil e eventuais incertezas sobre o setor podem ter efeito adverso sobre a Emissora.
- Inexistência de jurisprudência consolidada acerca da Securitização.
- Eventuais alterações na regulamentação em vigor podem afetar os negócios da Emissora.
- Liquidação, dissolução, insolvência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou falência da Emissora.

(ii) Riscos de mercado

- Efeitos da política econômica do Governo Federal.
- Descasamento de taxas.
- Flutuação dos preços dos ativos financeiros.

(iii) Riscos de crédito

- A capacidade da Emissora de honrar suas obrigações decorrentes das Debêntures depende do pagamento pelos Tomadores dos Direitos Creditórios Vinculados.
- Solvência dos Tomadores.
- Ausência de Coobrigação.
- A capacidade da Emissora de honrar suas obrigações decorrentes das debêntures pode depender de descontos de benefícios pelo INSS.
- Inexistência de reserva de amortização.
- Concentração de pagamentos na Data de Recebimentos do INSS.
- Risco de mudanças de comportamento de pagamento dos Devedores.

2 **Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas**

2.1 **Autorização**

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 03 de fevereiro de 2023.

2.2 **Bases de apresentação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentadas em milhares de reais conforme a moeda funcional da Companhia (Real), as quais abrangem a legislação societária (contendo as alterações introduzidas pela Lei no 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007), as normas emitidas pela Comissão de Valores

Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis são elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas demonstrações contábeis, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.2.1 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas demonstrações contábeis. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo riscos de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

2.2.2 Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.3 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

2.4 Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240, e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, pois estes serão reconhecidos somente quando houver consistente perspectiva de sua realização.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possui créditos tributários constituídos.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação e com risco insignificante de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramentos dos balanços e não superando o valor de mercado.

2.6 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos financeiros (exceto por ativos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.6.1 *Ativos financeiros ao custo amortizado*

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

2.6.2 Passivos financeiros registrados ao custo amortizado

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.6.3 Passivos financeiros

Compreendem ao custo da transação diretamente relacionados a captação de debêntures. São inicialmente reconhecidos a valor justo, no caso de empréstimos, financiamentos e contas a pagar. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

2.6.4 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Com base no pronunciamento técnico CPC 48, as transferências de ativos financeiros dependem da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos são transferidos a terceiros.

De acordo com o contrato de cessão dos direitos creditórios e a escrituração das Debêntures, a Companhia se enquadra no item 3.2.5, alíneas (a), (b) e (c), conforme demonstrado abaixo:

A Companhia retém os direitos contratuais de receber fluxos de caixa dos ativos financeiros; assume a obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa aos seus debenturistas; e não tem qualquer obrigação de pagar quantias aos destinatários finais, a menos que receba quantias equivalentes ao ativo original;

Está proibida de vender ou penhorar o ativo original de acordo com o contrato de cessão, a não ser como garantia aos destinatários finais pela obrigação de pagar-lhes fluxos de caixa;

Tem a obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba em nome dos destinatários finais sem atrasos significativos. Além disso, a entidade não tem o

direito de reinvestir esses fluxos de caixa, exceto no caso de investimentos em dinheiro ou seus equivalentes (como definidos no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa) durante o curto período de liquidação desde a data de recebimento até a data de entrega exigida aos destinatários finais, e os juros recebidos como resultado desses investimentos são passados aos destinatários finais; e

Visto o supracitado, houve o desreconhecimento do patrimônio da Companhia os passivos a pagar relacionados à emissão das debêntures e o ativo relacionado aos direitos creditórios adquiridos do Banco BMG em garantia à emissão das debêntures.

2.7 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com razoável segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. A Companhia não apurou a necessidade de ajustes por recuperação de ativos.

2.8 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

2.9 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações contábeis.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – demonstração do valor adicionado.

2.10 Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) - “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.11 Prática contábil de resultado por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado por meio do resultado da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, neste caso a Companhia considerou ações que poderão ser emitidas através da capitalização da reserva especial de ágio na incorporação em favor do acionista controlador.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2022, o valor sobre a rubrica “caixa e equivalentes de caixa” apresenta-se conforme a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Banco conta movimento	8	4
Aplicações financeiras	107	340
Total	115	344

O saldo classificado como caixa e equivalentes de caixa, referem-se às disponibilidades da Companhia representados por Certificados de Depósito Bancários (taxa de 98% do CDI), realizados juntos ao Banco Bradesco S.A., e que se enquadra nos requisitos de baixo risco, liquidez e com prazo de resgate abaixo de 90 dias.

4 Outras obrigações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi destinado para o fundo de reserva da 1^o série de debêntures o valor de R\$ 1.430, totalizando em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 8.689 (R\$ 7.259 em 31 de dezembro de 2021). Nesse período ocorreram custos e despesas no valor de R\$ 1.665, totalizando em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 8.649 (R\$ 6.984 em 31 de dezembro de 2021). O saldo é composto pela seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de reserva constituído (a)	8.689	7.259
(-) Custos/despesas incorridas	(8.649)	(6.984)
Total	40	275

- (a) Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 40 (R\$ 275 em 31/12/2021) refere-se a provisão de pagamentos provisionados quanto aos prestadores de serviços de contabilidade e impostos a pagar.

4.1 Fundo de Reserva

Corresponde ao maior entre os seguintes valores, conforme determinado pelo Agente de Cálculo em uma Data de Verificação, com relação ao Período de Cálculo subsequente: (a) (1) montante necessário para pagamento das despesas e dos encargos relacionados à Emissão, relativos ao período de 2 (dois) meses; ou (2) R\$ 100 (cem mil reais), o que for maior; e (b) valor necessário para que o Índice de Liquidez se mantenha igual ou superior a 1 (um inteiro).

5 Patrimônio líquido

5.1 Capital social

A Companhia foi constituída em 03 de fevereiro de 2017 por meio de sua Assembleia Geral de Constituição, realizada na mesma data, com capital social de R\$ 10, dos quais R\$ 1 encontravam-se integralizados em 30 de junho de 2017 e o restante, totalizando o montante de R\$ 9, foi integralizado em 15 de setembro de 2017.

Em 30 de abril de 2022 foi registrado e aprovado em AGE a incorporação da reserva de lucros de exercícios anteriores ao capital social no montante de R\$ 62.

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 72 (R\$ 10 em 2021) dividido em 72.000 (10.000 em 2021) ações ordinárias nominativas.

5.2 Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como resultado da destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não pode exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente pode ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Não houve nenhuma constituição de reservas durante o período apresentado.

5.3 Resultados do Exercício

A distribuição do lucro líquido da Companhia é realizada da seguinte forma: (a) absorção de prejuízos acumulados; (b) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que ela atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (c) 25% (vinte e cinco por cento) do saldo destinado ao pagamento do dividendo obrigatório; e (d) o saldo, se houver, após as destinações mencionadas anteriormente, terá o destino que lhe for dado pela Assembleia Geral.

6 **Receitas operacionais**

As receitas operacionais são compostas por repasses de fundo de reserva pelo Cedente da operação, conforme previsto no termo firmado entre a securitizadora e o cedente que se compromete a pagar pelos custos operacionais da entidade. Esses recursos formam o QMM gerenciados pela Integral Trust na figura de agente fiduciário e agente de conciliação da operação.

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas com repasses	1.666	1.862
(-) PIS e COFINS	(78)	(87)
Total	1.588	1.775

7 **Custos dos serviços prestados**

Os custos gerais operacionais são previstos no termo de securitização e cobertos pelo fundo de reserva. Na data base o montante é composto por:

	31/12/2022	31/12/2021
Gestão de carteira	(672)	(782)
Agente fiduciários	(11)	(20)
Cetip	(8)	(32)
Escrituração	(35)	(35)
Taxas CVM	(31)	(19)
Custodia	(652)	(637)
Total	(1.409)	(1.525)

8 **Despesas gerais, administrativas e tributárias**

As despesas gerais, administrativas e tributárias referem-se a:

	31/12/2022	31/12/2021
Auditoria	(111)	(132)
Assessoria contábil	(60)	(67)
Anúncios e Publicações	(12)	(34)
Despesas Tributárias	(18)	(21)
Total	(201)	(254)
Alocadas em:		
Despesas gerais e administrativas	(183)	(233)
Despesas tributárias	(18)	(21)

9 Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto por receitas auferidas por aplicações em certificados de depósitos bancários, deduzidos das despesas financeiras incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras	-	(1)
Receitas de aplicações financeiras	30	14
Total	30	13

10 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia está inserida no regime tributário do lucro real, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes dos tributos	8	9
Adições/Exclusões ⁽ⁱ⁾	(2)	(2)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	6	7
Alíquota efetiva	24%	24%
Imposto de renda e contribuição social correntes/diferidos	(1)	(2)

(i) Valores referem-se a antecipações de impostos de renda pagos anteriormente.

11 Contingências

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui provisões, ativos ou passivos contingentes, tampouco possui conhecimento de processos judiciais do qual seja ré.

12 Partes Relacionadas

Não ocorreram transações envolvendo partes relacionadas no período findo em 31 de dezembro de 2022.

13 Outras informações

- (i) Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia contratou a Grant Thornton Auditores Independentes somente para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis e informações trimestrais, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço à Companhia.

A Companhia informa que em resposta aos efeitos do Coronavírus e visando zelar pelas famílias brasileiras, tem adotado as medidas sugeridas pela Organização Mundial de Saúde, bem como as do Ministério da Saúde do Brasil e aquelas emanadas da União, Estados e Municípios. A Companhia segue monitorando os

riscos e incertezas advindos deste evento.

Do ponto de vista de caixa, a Companhia encontra-se em um cenário de liquidez favorável, porém observa a evolução dos fatos, bem como aguarda medidas governamentais, de ordem de saúde pública bem como econômicas e tributárias, que possam garantir a serenidade, retomada e prosperidade econômica e social do país. A Companhia se resguarda o direito de revisar suas ações e projeções, fruto de alterações futuras que possam advir do tema em tela.

14 Eventos Subsequentes

Não houve evento subsequente passível de divulgação no âmbito do CPC 24 – Evento Subsequente.

* * *